

PARTE I

OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 1** A origem e a evolução histórica do Ministério Público
Mariana de Paula Pereira 3
-
- 2** Os excessos na condução dos inquéritos civis públicos
Arnaldo Silva Júnior 11
-
- 3** A relação entre o Ministério Público e a imprensa – limites e abusos
Fabício Souza Duarte 45
-
- 4** A responsabilidade pessoal do Promotor de Justiça por danos causados a terceiros
Juliana Durante Almeida 59
-
- 5** A utilização indevida da ação civil pública
Geordano Paraguassu 71
-
- 6** Os Atos Administrativos e a Lei de Improbidade – Os atos ilegais e os irregulares por aspecto meramente formal não configuram ato de improbidade administrativa
Rodrigo Ribeiro Pereira 87
-

- 7 O Ministério Público na persecução investigatória criminal –
O Promotor de Justiça enquanto agente policial

Flávio Roberto Silva

107

- 8 Análise crítica do relatório de dados do Conselho Nacional do
Ministério Público – CNMP

Gabriel Massote Pereira

121

PARTE II

A DEFESA NAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

- 1 A inaplicabilidade da Lei 8.429/92 aos agentes políticos –
análise dos precedentes judiciais à luz do Princípio da Igualdade

Fabrizio Souza Duarte

143

- 2 A ação civil pública e a inexigibilidade de licitação para contratação
de advogado

Arnaldo Silva Júnior

157

- 3 As ações civis públicas e os convênios. Os pedidos de devolução
integral dos recursos liberados e a ausência de razoabilidade

Rafael Tavares da Silva / Mariana de Paula Pereira

185

- 4 A possibilidade de anulação judicial do Termo de Ajustamento
de Conduta

Flávio Roberto Silva

193

- 5 As ações civis públicas contra o nepotismo. O alcance da Súmula
Vinculante nº 13 do STF

Arnaldo Silva Júnior / Juliana Durante Almeida

203

6 As ações do Ministério Público face ao décimo terceiro subsídio dos agentes políticos: “Aos amigos, as benesses da lei. Aos inimigos, os rigores da lei”

Rafael Tavares da Silva

227

7 Limites de atuação do Ministério Público na condução das políticas públicas – Do garantismo judicial do direito à saúde

Rodrigo Ribeiro Pereira / Juliana Degani Paes Leme

249

8 As ações penais nos crimes de licitação. O abuso na atuação do Ministério Público

Rodrigo Ribeiro Pereira

261

9 A prescrição da ação civil pública por ato de improbidade administrativa – A prescrição da improbidade e seus efeitos em relação à pretensão de ressarcimento ao erário

Rodrigo Ribeiro Pereira

275

10 A necessidade de individualização da conduta e a dosimetria da pena nas ações civis públicas

Arnaldo Silva Júnior

285
